

*Tudo e nada:
Uma revisão crítica do "social" nos estudos de
Inovação e Empreendedorismo¹*

Stefania Sardo*, Beniamino Callegari e Bisrat A. Misganaw*****

**Instituto de Tecnologia de Karlsruhe* 

*** Kristiania University College* 

**** Escola de Negócios NEOMA* 

RESUMO

Nas últimas duas décadas, observamos um crescente interesse acadêmico e político em fenômenos como a inovação social e o empreendedorismo social. Nesses casos, o elemento "social" tem sido frequentemente descrito como uma categoria nova ou redescoberta, indicando uma predisposição normativa para "elevar" os processos de inovação e empreendedorismo existentes ou emergentes, identificando e promovendo padrões de comportamento e definição de metas socialmente aceitáveis. Embora as análises anteriores sobre inovação social tenham se concentrado no desenvolvimento histórico do conceito e em seu papel no debate acadêmico, este artigo analisa criticamente o lugar do "social" nos estudos atuais de Inovação e Empreendedorismo (I&E). O objetivo é entender como essa literatura tem evoluído em relação a esse elemento e até que ponto esse acréscimo promoveu uma mudança radical na direção da pesquisa. Nossa análise, com base em artigos selecionados de 16 periódicos principais de I&E, apresenta uma nova classificação das abordagens dominantes da dimensão social nos estudos de I&E, identificando quatro categorias principais: disciplinar, integracionista, separatista e essencialista. O que se constata é que a maioria dos estudos de I&E ignora, minimiza ou compartimenta o "social", usando-o para ampliar as estruturas existentes em vez de desenvolvê-las. De fato, embora o "social" ofereça um caminho para que as visões críticas desafiem o discurso dominante, no momento ele não parece afetar significativamente a evolução deste último.

Palavras-chave: Estudos Sociais Críticos; Estudos de Inovação; Estudos de Empreendedorismo; Inovação Social; Empreendedorismo Social.

Proposta Submetida em 24 de janeiro de 2022, Artigo Recebido em 29 de abril de 2022, Avaliações Entregues em 1 de julho de 2022, Revisado em 30 de setembro de 2022, Aceito em 5 de outubro de 2022, Disponível online em 16 de maio de 2023.



INTRODUÇÃO

O termo *inovação social* tem sido utilizado por acadêmicos há mais de dois séculos, embora com um significado em evolução (Gaglio *et al.*, 2019). Embora tenha sido originalmente empregado para descrever, e muitas vezes condenar, a mudança social na direção do socialismo, ele acabou perdendo sua conotação política, surgindo nas últimas duas décadas na literatura acadêmica e geralmente retratado de forma positiva. Esse ressurgimento é demonstrado pelo crescente interesse acadêmico em fenômenos sociais, como inovação social e empreendedorismo social, o que levou a uma infinidade de definições. Por exemplo, Mulgan *et al.* (2007, p. 2) descrevem a inovação social como "novas ideias que atendem a necessidades sociais não satisfeitas – e que funcionam", apontando para processos de inovação direcionados a um "objetivo social". O empreendedorismo social é, às vezes, entendido de forma semelhante como "o uso inovador e a combinação de recursos para buscar oportunidades de catalisar a mudança social e/ou atender às necessidades sociais" (Mair & Marti, 2006, p. 37). Nesse campo, os acadêmicos se concentraram em questões como as condições para o surgimento do empreendedorismo social ou os obstáculos para obter o financiamento e a rede de contatos necessários, empregando lentes teóricas novas ou existentes para entender esses "novos" fenômenos (Kimmitt & Muñoz, 2018; Lehner & Kansikas, 2012; Zahra *et al.*, 2009).

As instituições públicas têm demonstrado esse interesse, elaborando programas de financiamento de pesquisa e desenvolvimento para atingir os chamados objetivos sociais – mais recentemente colocados sob a bandeira dos Grandes Desafios (Kuhlmann & Rip, 2018; Mazzucato, 2018). Exemplos podem ser encontrados já em 2010, quando a União Europeia, saindo de uma crise financeira, mais uma vez enfatizou a necessidade de colocar a inovação "no centro da estratégia Europa 2020". Aqui, o elemento "social" foi destacado como uma nova – ou pelo menos redescoberta – categoria para inovação e empreendedorismo. No documento da iniciativa União da Inovação, a "inovação social" diz respeito a "explorar a engenhosidade de instituições de caridade, associações e empreendedores sociais para encontrar novas formas de atender às necessidades sociais que não são adequadamente atendidas pelo mercado ou pelo setor público (...) para enfrentar os principais desafios sociais" (Comissão Europeia, 2010, p. 21). Uma possível explicação para esse novo interesse pode ser o reconhecimento das consequências negativas generalizadas geradas por inovações anteriores (por exemplo, Mulgan *et al.*, 2007; Murray *et al.*, 2010) – uma condenação velada de nossas decisões passadas das quais participamos mais ou menos coletivamente (veja, por exemplo, os desastres causados por instalações de petróleo e gás ou fábricas de produtos químicos, como Deepwater Horizon e Bhopal, ou por artefatos como amianto e plásticos), ou a percepção de que a introdução de *meras* inovações técnicas não conseguiu, de fato, resolver problemas antigos e perversos, como a fome e o desemprego entre os jovens (Nelson,

2011). De fato, enfatizar o "social" pode ser interpretado como uma tentativa de corrigir o foco há muito predominante nos aspectos técnicos e econômicos desses processos (Godin, 2015). Contribuições recentes também revelaram que esse interesse na dimensão social da inovação pode ser visto como parte de uma tendência acadêmica e cultural mais ampla e de longo prazo de reinventar a inovação para se adequar ou criticar a ideologia atual (Gaglio *et al.*, 2019; Schubert, 2019).

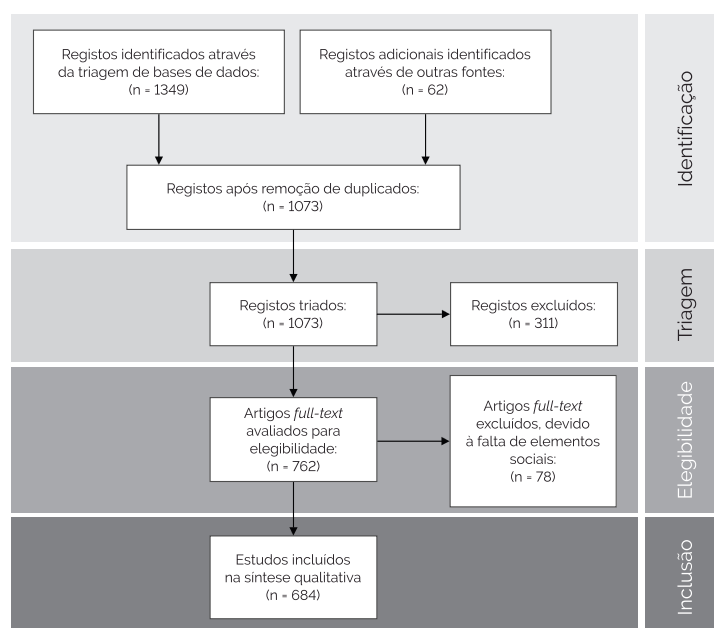
Neste artigo, aprofundamos a dimensão social da "X-inovação" (Gaglio *et al.*, 2019), estendendo-a para a discussão do empreendedorismo social e concentrando-nos em como a dimensão social é atualmente conceituada e apropriada pela pesquisa convencional sobre inovação e empreendedorismo. Conceitualmente, Gaglio *et al.* (2019) identificam duas características do "social". No lado da entrada, o "social" poderia se referir à inclusão, um processo que exige a participação do público nas deliberações desde o estágio inicial. No lado dos resultados, o "social" pode se referir a considerações éticas e ambientais, com a expectativa de que a inovação seja responsável e sustentável. Embora essa distinção tenha sido útil para conceituar o "social" nas X-inovações, argumentamos que a compreensão e o uso atuais da dimensão social na literatura convencional sobre inovação e empreendedorismo são muito mais diversificados. Isso nos levou à seguinte pergunta de pesquisa: *a dimensão social realmente contribuiu para moldar o discurso dominante sobre inovação e empreendedorismo em direção a perspectivas mais críticas ou, em vez disso, foi usada para ampliar ou validar as teorias existentes?*

Para dar sentido a esse quadro complexo, depois de analisar as contribuições das principais revistas de estudos de I&E, apresentamos uma nova classificação das principais abordagens do "social", ilustrando as principais características que identificam cada categoria por meio de exemplos extraídos da literatura. Tendo defendido essa classificação, discutimos seus méritos e consequências para os estudos de inovação e empreendedorismo e concluímos refletindo sobre o que a classificação revela sobre o papel desempenhado pela dimensão social no desenvolvimento dos estudos convencionais de inovação e empreendedorismo. Apesar de sua natureza aparentemente crítica, descobrimos que a dimensão social foi amplamente adaptada ao discurso dominante a fim de ampliar e apoiar as estruturas dominantes. Embora existam vozes críticas, seu impacto se limita a garantir a continuidade da discussão pluralista, em vez de conseguir fazer com que os fundamentos ideológicos subjacentes do discurso dominante de I&E sejam repensados. O artigo está estruturado da seguinte forma. A Seção 1 descreve brevemente a metodologia adotada para esta revisão da literatura. A Seção 2 apresenta a análise por trás da classificação proposta e descreve vários exemplos da literatura para cada categoria. A Seção 3 ilustra as limitações da classificação proposta, discutindo artigos cuja classificação é desafiadora. O artigo termina com as observações finais.

1. METODOLOGIA

Esta revisão da literatura segue as diretrizes PRISMA, conforme descrito por Moher *et al.* (2009). A metodologia PRISMA usa uma lista de verificação de 27 itens para organizar as referências – incluindo título, resumo, métodos, resultados, discussão e categorias de financiamento – e um fluxograma de quatro etapas que descreve o processo de seleção. A primeira etapa é identificar todos os artigos a serem analisados, pesquisando palavras-chave previamente definidas em bancos de dados de literatura acadêmica pré-selecionados. A segunda etapa é examinar os resumos de todos os artigos que atendem aos critérios de inclusão. A terceira etapa é analisar o texto completo dos artigos restantes para selecionar os elegíveis. A etapa final é a aplicação de um esquema de codificação para identificar os elementos de cada artigo a serem incluídos na revisão da literatura. Embora as diretrizes PRISMA tenham sido usadas inicialmente nas ciências da saúde, sua alta generalidade e usabilidade permitiram sua aplicação em muitos campos de pesquisa, como o econômico (Havránek *et al.*, 2020; Stornelli *et al.*, 2021; Zinyemba *et al.*, 2020). Um diagrama PRISMA descreve o processo (veja a Figura 1).

Figura 1. Diretrizes PRISMA aplicadas à nossa revisão da literatura.



Fonte: elaborado pelos autores (Callegari *et al.*, 2022).

Com base nessas escolhas metodológicas, selecionamos todas as revistas reconhecidas pela lista ABS50 como pertencentes aos Estudos de Inovação e Empreendedorismo e classificadas com 4 ou 3 estrelas (consulte a Tabela 1). Em seguida, identificamos uma extensa lista de palavras-chave que abrange alguns aspectos cruciais

do "social" nos estudos de inovação e empreendedorismo. Foram elas: valor social, teoria social, aspecto social, dimensão social, contexto social, ontologia social, inovação social, empreendedorismo social. Aplicando esses critérios, garantimos que nenhum artigo relevante fosse excluído por motivos puramente nominais e, como um mecanismo de segurança adicional contra erros humanos, usamos referências cruzadas e pesquisas direcionadas nos arquivos de revistas científicas específicas, selecionadas com base em sua relevância temática, para identificar registros adicionais. A partir desses registros, analisamos seus resumos e, quando o resumo não fornecia evidências sólidas da irrelevância do artigo para nossos objetivos, pesquisamos o corpo principal do artigo em questão para encontrar evidências de um discurso relevante. Por fim, procedemos à leitura e à categorização do *corpus* de artigos de acordo com sua interpretação específica da dimensão social. Para validar nossa categorização, descrita na próxima seção, cada um dos artigos selecionados foi avaliado às cegas por pelo menos dois dos coautores e depois validado. Os artigos selecionados estão atualizados até março de 2022.

Tabela 1. Diretrizes PRISMA aplicadas à nossa revisão da literatura.

Empreendedorismo e desenvolvimento regional	Journal of Small Business Management
Teoria e prática do empreendedorismo	Journal of Technology Transfer
Análise da empresa familiar	Gerenciamento de P&D
Empreendedorismo e desenvolvimento regional	Journal of Small Business Management
Indústria e inovação	Research Policy
Revista Internacional de Comportamento e Pesquisa Empresarial	Economia para pequenas empresas
International Small Business Journal	Strategic Entrepreneurship Journal (Jornal de Empreendedorismo Estratégico)
Journal of Business Venturing	Previsão tecnológica e mudança social
Revista de Gestão de Inovação de Produtos	Inovação tecnológica

Fonte: elaborado pelos autores (Callegari *et al.*, 2022).

Embora certamente restritiva, a escolha dos periódicos mencionados acima tem uma intenção clara, ou seja, verificar o papel do atributo "social" produzido pelas literaturas de inovação e empreendedorismo. Essa linha de pesquisa não apenas contribui fortemente para a criação de um discurso "convencional" sobre inovação, seus significados e funções, mas também influencia fortemente as políticas nacionais e locais. No entanto, reconhecemos que muitos trabalhos críticos não serão incluídos em nossa análise por terem sido publicados em outros lugares. No entanto, uma questão que emerge a esse respeito – e que será discutida na seção de conclusão – é o quanto essas contribuições críticas conseguiram, nas últimas duas décadas, modificar e orientar o discurso dominante

e o quanto elas lutam para influenciá-lo. De fato, conforme expresso por Alvesson e Deetz (2000, p. 8), o objetivo da pesquisa crítica é "identificar e desafiar suposições, reconhecer a influência da cultura, da história e da posição social e imaginar e explorar alternativas extraordinárias, interromper rotinas e ordens estabelecidas" (Curtis, 2007, p. 277). Uma maneira de testar esse objetivo crítico é usar as principais revistas de I&E como fonte de informações básicas, estando ciente das barreiras de entrada dessas revistas, que inevitavelmente forçam os pesquisadores a se envolverem com o discurso convencional. Outra limitação de nossa revisão metodológica diz respeito aos termos de pesquisa, que podem excluir os autores que deliberadamente evitaram o uso do prefixo "social" enquanto ainda discutiam inovação/empreendedorismo social. No entanto, presumimos que os acadêmicos críticos que criticaram o discurso nos meios de comunicação convencionais tiveram que, de alguma forma, fazer referência à pesquisa existente e, portanto, usaram pelo menos uma das palavras-chave mencionadas anteriormente.

2. A DIMENSÃO SOCIAL NOS ESTUDOS DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Embora haja um consenso de que os estudos sobre empreendedorismo e inovação pertençam às ciências sociais, a pesquisa nesses campos é predominantemente caracterizada por uma orientação individualista, em grande parte herdada da economia (Goss, 2005; Lundvall, 2013). No entanto, nas últimas duas décadas, os trabalhos que reconhecem a importância da dimensão social estão crescendo em influência no campo (por exemplo, Anderson, 2015; Shepherd *et al.*, 2020; van der Have & Rubalcaba, 2016). Esses estudos, por exemplo, contrastaram uma conceituação humanística do empreendedorismo (Kupferberg, 1998) sustentada por uma lógica de processos, relações e mudanças sociais, em oposição aos empreendedores "investigados como animais ou robôs econômicos subsocializados" (Zafirovski, 1999, p. 354), ou identificaram um tipo especificamente social de empreendedorismo como conceitualmente distinto de outras formas (Huybrechts & Nicholls, 2012; Nicholls & Cho, 2006). No entanto, há uma enorme variação no uso analítico do "social", que vai desde a suposição implícita até a conceituação explícita e a definição de fundamentos metodológicos. Essa variedade é uma fonte potencial de tensão crítica nos estudos de I&E, pois, a dimensão social é comumente associada a pressupostos epistemológicos, metodológicos e normativos implícitos ou explícitos controversos. Isso é uma consequência da natureza holística da esfera social. A vida humana é, em geral, um assunto social. De um encontro fugaz a uma guerra global, a maioria dos fenômenos humanos é realizada em interação e, portanto, é passível de análise social. A complexidade associada a uma área de estudo potencialmente tão extensa, no entanto, não se ajusta aos requisitos de precisão de uma análise eficaz.

Uma resposta analítica comum tem sido restringir o objeto de estudo a uma dimensão mais gerenciável, distinguindo assim entre o que compreende o núcleo teórico e o que pertence à esfera fenomenológica contextual. Isso implica uma compreensão do "social" como um *componente residual*, associado a fenômenos que estão fora do núcleo analítico. Essa distinção entre núcleo e periferia social pode ser feita em duas linhas diferentes. A primeira opção é identificar um quadro específico da vida social – uma dimensão presente na totalidade do "social", embora com intensidade variável – e desenvolver uma análise pura desse quadro, descartando todos os outros aspectos em busca de teorizações precisas e abstratas. Podemos descrever isso como a *solução disciplinar*, caracterizando, por exemplo, a economia, que se concentra na análise do *Homo Economicus* e descarta, *prima facie*, todos os outros aspectos sociais: a abordagem analítica na qual "o social é frequentemente tratado apenas como um fator de fundo, o *ceteris paribus* dos economistas" (Korsgaard & Anderson, 2011, p. 135).

Nos estudos de I&E, podemos rastrear essa abordagem até os primeiros trabalhos de Schumpeter (2010). A segunda opção é especificar um conjunto de fenômenos reais de interesse peculiar a ser analisado em sua complexidade real. A partir desse tipo de análise, teorias específicas do domínio podem ser desenvolvidas para explicar os mecanismos causais mais relevantes em jogo. Isso pode ser descrito como a *solução fenomenológica*, aplicada pelos estudos de I&E (entre outros) para definir seu perímetro analítico (Brazeal & Herbert, 1999; Malerba & Brusoni, 2007; Urban, 2010). A natureza complexa dos fenômenos em estudo dá origem a uma infinidade de teorizações concorrentes e complementares, cada uma focada em um conjunto específico de mecanismos ativos (por exemplo, geração de novidades, disposição empreendedora, difusão da inovação) com base em diferentes núcleos teóricos, geralmente emprestados, embora muitas vezes adaptados, de disciplinas sociais existentes. A primeira abordagem identifica um método específico, com base em um conjunto correspondente de suposições, que pode ser potencialmente aplicado a qualquer aspecto da vida (Lazear, 2000). A última abordagem identifica um conjunto de objetos de estudo, aberto a qualquer método analítico e a qualquer conjunto de suposições, desde que o estudo resultante contribua para o debate acadêmico.

Ambas as opções têm seus limites. A natureza holística da vida social resiste a qualquer tentativa de dividi-la em fatias claras e distintas. Embora uma dimensão específica e internamente consistente possa ser identificada e descrita por meio de um núcleo disciplinar, seu alcance real e sua relevância para a multiplicidade de fenômenos da vida real dificilmente podem ser determinados com certeza. Da mesma forma, qualquer fenômeno, por mais restrito que seja, influencia e é influenciado por um número potencialmente ilimitado de outros fenômenos, deixando qualquer núcleo fenomenologicamente definido com limites pouco claros. Em geral, a natureza complexa do processo social implica que, por mais limitada que seja a dimensão ou o conjunto

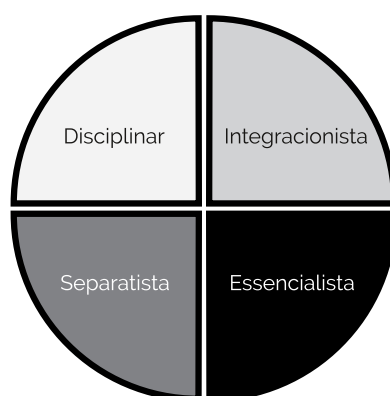
original de fenômenos escolhidos como objeto de estudo, qualquer ciência social tem um campo de expansão potencialmente ilimitado. As disciplinas bem-sucedidas podem estender sua estrutura analítica para incluir cada vez mais fenômenos. O exemplo óbvio é a tendência imperialista aparentemente imparável da economia, que aplica a teoria econômica à análise de fenômenos tão diversos como fertilidade (Becker, 1960), direito penal (Posner, 1985), prostituição (Edlund e Korn, 2002) e tortura (Yakovlev, 2011). Essas expansões podem ser vistas como a colonização gradual do resíduo fenomenológico pelo núcleo teórico bem-sucedido. A aplicação bem-sucedida do núcleo teórico a ambientes empíricos alternativos é considerada um sinal de vigor disciplinar. Perspectivas críticas dentro da disciplina, entretanto, podem apontar para o resíduo fenomenológico para argumentar que os aspectos sociais atualmente excluídos do núcleo teórico mediam mecanismos disciplinares importantes e, portanto, devem ser incluídos (Dequech, 2012). Além disso, a aplicação a áreas muito distantes do foco tradicional da disciplina pode revelar uma série de tensões e limitações que assolam o núcleo teórico, oferecendo um flanco para a crítica (Dosi & Roventini, 2016). Assim, dentro de uma disciplina, o "social" pode ser considerado uma fronteira, um alvo para pesquisadores ambiciosos que buscam novas bases para se estabelecer e um refúgio para pessoas de fora que desejam desafiar o *status quo*.

Da mesma forma, os campos fenomenológicos bem-sucedidos, além de seu potencial metodológico ilimitado, estão fadados a descobrir gradualmente que cada vez mais fenômenos estão intimamente ligados ao seu conjunto original e que sua inclusão analítica pode levar a uma validade teórica mais elevada. Apenas para citar alguns exemplos bem conhecidos, o sucesso da perspectiva da Hélice Tripla (Leydesdorff, 2000, Leydesdorff & Meyer, 2006, Etzkowitz & Leydesdorff, 2000) já gerou uma possível expansão para a Hélice Quádrupla, a Hélice Quintupla e além (Carayannis *et al.*, 2018ab; Bartoloni *et al.*, 2021). Da mesma forma, a perspectiva do Sistema Nacional de Inovação (Lundvall, 2007) gerou uma variante Regional (Cooke *et al.*, 1997; Asheim & Coenen, 2005; Tödtling & Trippl, 2005), Técnica (Bergek *et al.*, 2008) e agora até global (Lee *et al.*, 2020). A linha divisória entre o núcleo fenomenológico e o resíduo social depende dos pressupostos epistemológicos, das escolhas metodológicas e da estrutura teórica adotada por cada vertente da literatura incluída no campo – senão por cada pesquisador. Inevitavelmente, o que significa o "social" e o papel que ele desempenha em relação ao objeto principal de estudo será objeto de um debate significativo e incerto, mas a abordagem pluralista geralmente reconhecida, inerente aos campos fenomenológicos, facilita a aceitação de diferenças, mesmo dentro da definição do núcleo teórico.

Entender as principais direções e distinções dentro do debate acadêmico, no entanto, torna-se uma necessidade para analisar criticamente seu desenvolvimento. Nesse sentido, consideramos a distinção entre abordagens disciplinares e fenomenológicas útil, mas insuficiente como instrumento analítico para entender a evolução do debate

acadêmico. Em uma tentativa de classificar exaustivamente todas as contribuições identificadas em nossa revisão da literatura, dividimos a categoria fenomenológica em três abordagens distintas com base em como e até que ponto a dimensão social foi integrada à contribuição analítica proposta no contexto dos estudos de I&E. Como resultado, identificamos quatro categorias principais: disciplinar, integracionista, separatista e essencialista (Figura 2).

Figura 2. Classificação da integração da dimensão social nos estudos de I&E.



Fonte: elaborado pelos autores (Sardo *et al.*, 2022).

2.1. A abordagem disciplinar

A abordagem mais periférica é a abordagem *disciplinar*, que se concentra em uma conceituação abstrata do objeto principal de estudo e seus mecanismos causais primários, limitando a análise a uma única estrutura interpretativa. Essa abordagem é geralmente associada ao seu exemplo por excelência, ou seja, a economia e, conseqüentemente, às vertentes dos estudos de I&E que adotam uma estrutura econômica de análise (por exemplo, Dosi, 1982; Nelson & Winter, 1982; Rosenberg, 1982). Embora tanto a inovação quanto o empreendedorismo sejam implicitamente reconhecidos como fenômenos sociais, a dimensão social não é conceituada explicitamente para reduzir a complexidade e generalizar os resultados analíticos. Conseqüentemente, os estudos na abordagem disciplinar integram elementos sociais em um sentido puramente fenomenológico: as teorias existentes são aplicadas a fenômenos "sociais" sem nenhuma modificação significativa no núcleo teórico, buscando a validação teórica em vez da modificação ou extensão.

Pittz *et al.* (2019) fornecem um exemplo direto com um estudo sobre como o conhecimento compartilhado por meio da colaboração pode gerar valor cocriado ao promover o desenvolvimento da capacidade de absorção em parcerias intersetoriais. Embora as parcerias estudadas sejam caracterizadas como "sociais", descritas como buscando a inovação social por meio do empreendedorismo social, o elemento social é usado exclusivamente para identificar o campo de exploração fenomenológica, sem

que o conceito "social" entre na estrutura teórica do artigo ou nas proposições que a seção empírica do estudo se esforça para apoiar. Em outro exemplo, Brieger e De Clercq (2018), com base em duas estruturas teóricas – a perspectiva baseada em recursos e a estrutura de valor cultural de Hofstede – examinaram como os recursos de nível individual afetam a probabilidade de os empreendedores adotarem a meta de criação de valor social em suas startups. Eles concluíram que a relação depende do tipo de recursos envolvidos. Tanto o capital humano quanto o social estão positivamente associados à propensão do empreendedor de adotar a meta de valor social, enquanto o capital financeiro está negativamente associado às metas sociais. Os resultados reforçam os principais axiomas teóricos da *perspectiva baseada em recursos*, embora não desenvolvam nenhuma proposição teórica específica com relação à criação de valor social ou ao capital social. Em uma linha semelhante, Hechavarría e Brieger (2020) investigam como os contextos culturais influenciam a probabilidade de as empreendedoras se envolverem em empreendedorismo social. Para examinar essa relação, eles utilizam a *teoria da prática* como pano de fundo e nove dimensões culturais extraídas do estudo GLOBE. Os resultados mostram que as empreendedoras têm maior probabilidade de se envolver em empreendedorismo social em contextos em que há uma alta prática cultural de prevenção de incertezas e orientação para o futuro. Entretanto, a orientação humana, o coletivismo dentro do grupo e a distância do poder teriam de ser baixos para que as empreendedoras tivessem maior probabilidade de se envolver em empreendedorismo social. Assim, eles concluem que as empreendedoras e os empreendedores desenvolvem intenções diferentes de se envolver em empreendedorismo social dependendo das práticas culturais, validando a proposição teórica inicial de que a cultura praticada por uma sociedade e o gênero interagem para criar capacidades culturais para o empreendedorismo social.

2.2 A abordagem integracionista

A segunda abordagem para analisar o social nos estudos de I&E é a abordagem *integracionista*, assim chamada porque integra elementos "sociais" explícitos e modernos nas teorias existentes (que anteriormente não tinham uma dimensão social), levando, assim, à extensão teórica em vez de sua modificação. As conceitualizações sociais geralmente são introduzidas como fatores contextuais e de fundo que afetam os mecanismos causais primários, como as características de composição das equipes, as consequências da crise econômica nos processos de inovação, as influências das relações sociais nos processos de renovação regional e assim por diante. Existe uma heterogeneidade significativa com relação aos fatores associados à esfera social e sua relevância para fins explicativos. Essa abordagem é mais comumente encontrada em estudos empíricos, em que os aspectos sociais podem ser usados para explicar uma determinada variação fenomenológica (Landry *et al.*, 2002), ou em trabalhos teóricos sistêmicos que visam a integrar uma variedade de fenômenos relacionados aos principais

objetos de estudo (Lundvall, 2007). No entanto, ela também pode ser encontrada em esforços analíticos com o objetivo de integrar novos fatores explicativos para esclarecer áreas contenciosas de debates atuais (Welter, 2011).

Vários exemplos podem ser encontrados na literatura, como o conceito de *capital social*. Gedajlovic *et al.* (2013) sugerem que o capital social – a “soma dos recursos reais e potenciais incorporados, disponíveis e derivados da rede de relacionamentos possuídos por indivíduos ou unidades sociais” (Nahapiet & Ghoshal, 1998, p. 243) – deve ser integrado ao núcleo teórico do empreendedorismo. Muitos estudos demonstram a relevância e o papel do capital social em nível individual (Davidsson & Honig, 2003), regional (Kleinhempel *et al.*, 2022) e nacional (Kwon & Arenius, 2010). O capital social também encontra aplicações em estudos de inovação como um recurso fundamental para superar a incerteza envolvida na inovação radical e para garantir e manter o controle sobre os recursos necessários para alcançar um avanço (Baba & Walsh, 2010). Em nível macro, o capital social tem sido correlacionado com o desempenho inovador (Dakhli & De Clercq, 2004), embora tanto a conceituação quanto a mensuração do construto continuem desafiadoras e abertas a várias interpretações (Landry *et al.*, 2002). Os estudiosos da abordagem do *Sistema de Inovação* (por exemplo, Asheim & Coenen, 2005; Bergek *et al.*, 2008; Lee *et al.*, 2020) usaram a teoria do capital social para explicar as diferenças entre os sistemas nacionais e regionais, pois esses recursos são menos reproduzíveis e intangíveis (Lundvall, 2007). Eles também se concentram na extensão em que os *clusters* industriais, as regiões e os setores podem evoluir em termos de “ativação” do capital social por meio de intervenções políticas (Cooke *et al.*, 1997). De fato, as atividades inovadoras das empresas são moldadas pela estrutura institucional que afeta, por exemplo, os “sistemas nacionais de educação, mercados de trabalho, mercados financeiros, direitos de propriedade intelectual, concorrência nos mercados de produtos e regimes de bem-estar” (Lundvall, 2007, p. 102). O capital social é, portanto, conceituado como um recurso adicional que explica o desempenho em vários níveis de análise.

No campo do empreendedorismo, a interação social é amplamente reconhecida como um dos fatores mais importantes que afetam a capacidade dos empreendedores de reconhecer e buscar oportunidades empresariais, bem como de adquirir os recursos de que precisam (Davidsson & Honig, 2003). Shepherd *et al.* (2020) sugerem que as características individuais do empreendedor mediam a utilidade das redes sociais para a aquisição de recursos. Também se descobriu que as redes sociais facilitam a aquisição de recursos pelos empreendedores (Lee *et al.*, 2019) e afetam o desempenho da empresa (Hernández-Carrión *et al.*, 2017). Em seu estudo, Ibáñez *et al.* (2022) exploraram a conexão entre o estímulo de eventos exógenos, como a pandemia de Covid-19, e o surgimento do empreendedorismo social digital a partir de colaborações de vários agentes, argumentando que o empreendedorismo digital, o empreendedorismo social e as colaborações n-Helix apoiavam as necessidades econômicas e sociais, integrando a

dimensão social tanto na estrutura teórica quanto em suas contribuições. Autores como Dabbous e Tarhini (2019) analisam como os fatores sociais influenciam o consumo sustentável e qual é o papel da confiança e da intenção de se envolver no consumo sustentável nessa relação. Este trabalho não se envolve em uma crítica teórica, mas usa a economia compartilhada para expandir as relações conceituais existentes e incluir uma dimensão social. Em vez disso, De Silva e Wright (2019) usam o termo "social" como uma categoria ampla que inclui uma grande variedade de impactos empresariais, abrangendo o desenvolvimento tecnológico, o alcance das partes interessadas, a criação de valor e assim por diante. A integração da preocupação social permite que as teorias empresariais existentes sejam expandidas para um conjunto mais amplo de elementos fenomenológicos. Como exemplo final, em seu estudo empírico, Stirzaker *et al.* (2021) investigam os motivadores do empreendedorismo social e exploram se há evidências de oportunismo comercial versus altruísmo pessoalmente informado no empreendedorismo social. Com base em sua investigação de empreendedores sociais na Escócia, eles estendem a versão refinada da *Teoria do Evento Empreendedor* (EET) adaptada ao empreendedorismo social, acrescentando dois elementos: missão pessoalmente informada e preferência ideológica pelo modelo de negócios do empreendedorismo social. Essa integração de conceitualizações e fatores sociais de forma adicional às teorias existentes caracteriza a abordagem integracionista por excelência.

2.3. A abordagem separatista

A terceira categoria é a abordagem *separatista*, que visa a definir e analisar um subconjunto especificamente social dos principais fenômenos em estudo e resulta, por exemplo, na criação de conceitos como *inovação social* (Avelino *et al.*, 2019; van der Have & Rubalcaba, 2016), *empreendedorismo social* (Hoogendoorn, 2016) e *pesquisa e inovação responsáveis* (Paredes-Frigolett, 2016; Stilgoe *et al.*, 2013; Wiarda *et al.*, 2021) que se opõem, em vez de integrar, suas contrapartes "não sociais". Subjacente à maior parte dessa literatura está uma crítica à suposição de interesse próprio, sob o pretexto de busca de lucro ou renda, e ao uso instrumental ou complementar de práticas altruístas, de estilo de vida, democráticas e inclusivas em relação à dimensão transacional (De Silva *et al.*, 2021). Esses conceitos são comumente associados a padrões de comportamento voltados para a melhoria do bem-estar social e/ou comunitário, para a consecução de metas altruístas e/ou para a busca de objetivos não monetários (Gallouj *et al.*, 2018; Verleye *et al.*, 2019).

Como exemplo, o conceito de *inovação social* surgiu gradualmente nos últimos anos (Avelino *et al.*, 2019). Embora ainda seja ambíguo (Linton, 2009; van der Have & Rubalcaba, 2016), os acadêmicos têm procurado desenvolver ainda mais esse conceito até o status de uma teoria de médio alcance (Pel *et al.*, 2020), definindo-o tanto como um processo de mudança nas relações sociais quanto como uma propriedade qualitativa de ideias, objetos, atividades ou pessoas. Kohler e Chesbrough (2019) ilustram o uso

da inovação social como uma categoria separada de prática inovadora em seu estudo sobre como as plataformas de crowdsourcing podem apoiar essas atividades na prática. Os autores concluem que o crowdsourcing facilita os processos de baixo para cima e descentralizados que caracterizam a inovação social, apoiando o envolvimento de muitos atores com diferentes capacidades e interesses e a difusão de novas soluções para problemas sociais. Crupi *et al.* (2022) fornecem um ponto de comparação adequado. Ao distinguir entre inovação social e outros tipos de práticas de inovação, e entre empreendedorismo social e outras atividades empresariais, os autores investigam como a inovação social e o empreendedorismo são efetivamente realizados por organizações com fins lucrativos mais tradicionais. A bricolagem social e a agilidade organizacional se revelaram estratégias eficazes. A primeira depende da alavancagem de recursos, tanto internos quanto acessíveis por meio do envolvimento das partes interessadas; a segunda, por outro lado, baseia-se na inovação interna e na fluidez de recursos.

Outra ilustração de estudos que pode ser encontrada nessa categoria é a do *empreendedorismo social*. Estabelecido como um subcampo desde o início dos anos 2000, ele foi definido como o "processo que envolve o uso inovador e a combinação de recursos para buscar oportunidades de catalisar mudanças sociais e/ou atender às necessidades sociais" (Mair & Marti, 2006, p. 37). Ao atender às necessidades e aos problemas sociais, a missão comum das empresas sociais é a criação de *valor social* (Chell, 2007), com um grau variável de ambição em relação à criação de *valor econômico* (Stevens *et al.*, 2015). Alguns acadêmicos também argumentaram recentemente sobre a necessidade de reconceituar as empresas sociais. Bull (2018) examinou como as empresas sociais são conceituadas no Reino Unido e descobriu que as conceituações atuais desconsideram a propriedade, as identidades jurídicas e os tipos de governança. Além disso, o artigo recomenda que as estruturas teóricas considerem fatores como histórias regionais, culturais, políticas e econômicas na conceituação de empresas sociais, pois isso ajudará a ampliar o escopo da conceituação.

Embora não haja consenso na literatura sobre o que é *valor social* (Stevens *et al.*, 2015), os estudos na categoria de abordagem separatista sugerem que as atividades que constituem o empreendedorismo social são afetadas exclusivamente pelo contexto em que operam. Por exemplo, os empreendedores talvez precisem pressionar por mudanças nas condições institucionais locais (por exemplo, políticas, regras, práticas) se quiserem que suas inovações sociais sejam bem-sucedidas, e isso deve ser feito em conjunto com as comunidades locais (Venugopal & Viswanathan, 2019). A forma como os empreendedores percebem e interpretam o desafio social também pode definir suas ações e, por sua vez, os beneficiários de seu projeto (Kimmitt & Muñoz, 2018). Para mobilizar seu capital social e ganhar legitimidade de diferentes partes interessadas (Verleye *et al.*, 2019), esses empreendedores frequentemente usam uma estratégia retórica, especialmente contra antagonistas, ou seja, aqueles que não apoiam a

"mudança social" que pretendem alcançar (Ruebottom, 2013). Entretanto, conforme observado por Desmarchelier *et al.* (2020), seria errado presumir que a economia social – da qual emergem os processos de inovação social – é simplesmente caracterizada por um regime empreendedor à la Schumpeter (ou seja, indivíduos heroicos, mudança radical). Pelo contrário, ela apresenta características rotinizadas, às vezes facilitadas por organizações que se apresentam como facilitadoras da inovação/empreendedorismo social e promovem a replicação e o aumento de escala. Em suma, o "social" é conceituado como um tipo específico de oportunidade empresarial que os empreendedores identificam e buscam, bem como o tipo de valor que procuram criar como parte de um processo empresarial cujo conteúdo permanece altamente dependente do contexto.

Um acréscimo recente aos estudos de I&E vem da política de ciência, tecnologia e inovação e dos discursos acadêmicos em relação ao conceito de *responsabilidade* (Flink & Kaldewey, 2018; Stilgoe *et al.*, 2013). Embora essa linha de pesquisa reconheça abertamente a inovação e o empreendedorismo como processos inerentemente sociais e, portanto, próximos de nossa quarta categorização (veja abaixo), ela também identifica uma subcategoria específica de atividades de pesquisa e inovação alinhadas com valores e expectativas sociais, embora ambas sejam baseadas no contexto e dependentes do projeto. Os acadêmicos de Pesquisa e Inovação Responsável (RRI) estudam casos e refinam práticas para "consertar" os processos de inovação e empreendedorismo existentes ou projetar novos e melhores processos de acordo com os princípios de inclusão, reflexividade, antecipação e transparência (Stilgoe *et al.*, 2013). Embora a literatura de RRI reconheça a relevância da dimensão social para as atividades de pesquisa e inovação, ela continua a traçar uma linha entre práticas socialmente "responsáveis" e menos desejáveis, identificando diferenças qualitativas importantes entre as duas – o elemento-chave que identifica a abordagem separatista.

2.4. A abordagem essencialista

A quarta categoria, a abordagem *essencialista*, argumenta que a natureza social da inovação e do empreendedorismo deve ser integrada aos principais conceitos e mecanismos causais dos campos. Muitos estudiosos essencialistas (por exemplo, construtivistas sociais como Bijker *et al.*, 1987) argumentam, implícita ou explicitamente, que os estudos convencionais de I&E obscureceram a natureza social do objeto de estudo e a relevância de mecanismos especificamente sociais – como poder e identidade – para a análise. Isso resultou em um debate acadêmico estéril, limitado e, pior ainda, distorcido, que ignora ou oculta completamente as principais dinâmicas do mundo real.

A análise de Geels (2010) das influentes escolas de pensamento nos estudos de inovação destaca as suposições e as consequências analíticas do essencialismo. As inovações são vistas aqui como processos socialmente construídos que emergem dos quadros de circunstâncias inter-relacionadas. Ao inovar, empresários, designers e engenheiros combinam recursos heterogêneos e tentam convencer outras pessoas a

participar de seus projetos, mesmo que esses atores tenham ideias diferentes sobre o que é a inovação e quais problemas devem ser resolvidos por meio dela. Esse processo contencioso introduz uma fonte especificamente social de incerteza ao longo de toda a jornada da inovação, do projeto ao desenvolvimento, à adoção e, finalmente, à descontinuação. Carayannis e Forbes (2001), por exemplo, criticam a descrição usual de grandes projetos de engenharia de sistemas como atividades lineares e "racionais" externas aos processos sociais. Essa definição normativa *de fato* não leva em conta a natureza desses projetos como "atividades interpretativas incorporadas em processos sociais contínuos" e as dificuldades que os participantes do projeto enfrentam para suportar as complexidades e incertezas inerentes que encontram. Outro exemplo vem de Soraa *et al.* (2021), que empregam a *teoria da domesticação* (Lie & Sørensen, 1996) para analisar a domesticação social das tecnologias por meio de seu uso. Para compreender as tecnologias – argumentam eles – devemos analisar não apenas os padrões de interação social, mas também o ecossistema mais amplo no qual elas são usadas, inclusive como uma tecnologia afeta as conexões existentes e transforma os comportamentos humanos. Em geral, o que uma tecnologia é – ou seja, o que ela se torna no espaço, no tempo e por meio de interações sociotécnicas – é influenciado pelos diferentes poderes exercidos pelos indivíduos, organizações e grupos envolvidos. Em uma linha de pensamento semelhante, os teóricos da transição (Geels, 2010; Geels & Schot, 2007) combinaram uma compreensão da inovação como socialmente construída com a economia evolucionária e a teoria institucional para entender a dinâmica e a governança das transições do sistema. Os processos de transição são empreendimento intrinsecamente sociais e incertos, e supõe-se que os agentes estejam imbuídos de agência e, ao mesmo tempo, sejam limitados por um sistema de regras semi-coerente e socialmente construído. Portanto, em vez de propor mecanismos causais como resultados de seus estudos, esses estudiosos trabalham com padrões de interação (Geels & Schot, 2007; Markard & Truffer, 2008).

Com relação aos *estudos sobre empreendedorismo*, a pesquisa crítica destacou a orientação da pesquisa convencional para a aprovação econômica como foco principal e o indivíduo como ponto de partida analítico (Minniti & Lévesque, 2008), sugerindo assim a necessidade de desenvolver uma ontologia social do empreendedorismo. Embora a teoria econômica ortodoxa postule que a principal motivação dos empreendedores é o lucro, Zafirovski (1999) sugere que o empreendedorismo tem, na verdade, um caráter eminentemente social e que as motivações empreendedoras são específicas da cultura e limitadas por incentivos institucionais. Um pressuposto fundamental aqui é que "o empreendedorismo, o desenvolvimento e as atividades econômicas relacionadas são principalmente processos sociais complexos e apenas secundariamente físicos, tecnológicos ou psicológicos" (p. 354). Ignorar essas condições e processos sociais só pode levar a uma explicação parcial do fenômeno, e é necessário ajustar a lente para

focar em outros mecanismos. A esse respeito, Tatli *et al.* (2014) argumentam que a perspectiva relacional de Bourdieu poderia fornecer um conjunto apropriado de lentes conceituais e um plano metodológico para apoiar a análise do empreendedorismo. Seu argumento é que a perspectiva relacional contraria as tendências reducionistas da pesquisa social convencional ao oferecer uma compreensão mais profunda e em camadas dos empreendedores e do empreendedorismo como algo essencialmente social. Por sua vez, Korsgaard e Anderson (2011) estendem o argumento a favor do caráter social do empreendedorismo, argumentando que o "social" não é apenas o contexto no qual o processo empreendedor ocorre ou a arena para mecanismos facilitadores: o resultado do processo empreendedor é, em si, social. Portanto, "o exame dos processos empresariais deve incluir um enfoque no 'social' como facilitador, como contexto e como resultado" (p. 136). Os motivos e as preferências dos empreendedores como tomadores de decisão devem ser considerados endógenos à cultura, às instituições e ao contexto social em que o fenômeno está ocorrendo, em vez de um fator exógeno e homogêneo (Zafirovski, 1999).

Uma menção final vai para os estudos essencialistas que abordam a dimensão social nos estudos de I&E como um todo, geralmente caracterizados por uma posição crítica. Um exemplo é dado por Fougère e Meriläinen (2021), que criticam a representação hegemônica da inovação social como inerentemente "boa", argumentando que a inovação social pode ter consequências negativas, inclusive a de (re)produzir desigualdades, especialmente quando os objetivos de tal processo são definidos pelas elites e de forma descendente. Em termos gerais, as contribuições essencialistas enfatizam como os estudos de I&E devem levantar questões críticas sobre poder e política.

3. O ESPAÇO ENTRE: REFLETINDO SOBRE A CATEGORIZAÇÃO PROPOSTA

Acreditamos que o continuum identificado por essas categorias fornece uma descrição abrangente do papel desempenhado pela esfera social nos estudos de inovação e empreendedorismo encontrados nas principais revistas. Essa taxonomia esconde um grau significativo de heterogeneidade, com cada categoria contendo conceitualizações e teorizações significativamente diferentes da dimensão social. Essa diversidade não pode ser reduzida, pois decorre de diferenças fundamentais nas tradições analíticas empregadas, e deve ser entendida como uma consequência inevitável da natureza pluralista das abordagens fenomenológicas das ciências sociais. Além disso, essas categorias não devem ser entendidas como claramente definidas, mas como tendo fronteiras porosas: vários autores, escolas de pensamento e contribuições individuais as abrangem. Para fins de completude, analisamos aqui algumas contribuições interessantes que podem se enquadrar entre as categorias.

Integracionista-essencialista. Os artigos de Fu *et al.* (2022), Ford *et al.* (2017) e Yan e Sorenson (2006) podem ser classificados como integracionistas em termos de sua contribuição, embora de certa forma enraizados em perspectivas teóricas essencialistas. O primeiro artigo descreve como o governo chinês importou, adotou e contextualizou o discurso dos criadores ocidentais. A abordagem chinesa da cultura dos criadores é imposta pelo governo de cima para baixo, diminuindo seu potencial de inovação e reduzindo a cultura dos criadores a um mero chavão vazio, com o único objetivo de seguir a agenda de desenvolvimento econômico do governo. Embora considere claramente as políticas como socialmente construídas e a inovação/empreendedorismo como processos sociais, o estudo aplica estruturas e metodologias existentes a um "novo" caso empírico, levando à integração de um novo processo social às teorias estabelecidas, em vez de desafiar seu núcleo. O segundo artigo defende o uso da estrutura das Culturas Energéticas para ampliar a Perspectiva Multinível das transições sociotécnicas. Ao enfatizar a inserção social das mudanças comportamentais, Ford *et al.* (2017) argumentam que é preciso entender como essas mudanças são afetadas pela demanda e pelas considerações de estilo de vida para realizar uma análise adequada da mudança nos sistemas de energia. Assim, é levando em conta a cultura de energia que envolve os adotantes e inovadores que podemos entender melhor as inter-relações entre os diferentes níveis analíticos de regime, cenário e nicho, e oferecer uma visão mais abrangente da mudança. Novamente, embora partindo de uma perspectiva essencialista, os autores se concentram principalmente em um caso empírico específico e seu avanço teórico é incremental em comparação com o núcleo acadêmico. No terceiro artigo, Yan e Sorenson (2006) abordam um dos principais problemas das empresas familiares: a sucessão. Para isso, eles discutem o efeito que a ideologia do confucionismo pode ter sobre a sucessão em empresas familiares chinesas. O confucionismo define como devem ser os relacionamentos na família, enfatizando a importância da lealdade, harmonia, confiança e simpatia. O artigo pode parecer, à primeira vista, essencialista, pois argumenta que as relações comerciais são significativamente afetadas por valores sociais e, portanto, implicitamente incorporam o comportamento empresarial à dimensão social. No entanto, o estudo acaba aplicando a estrutura confucionista ao contexto empírico sem fazer nenhuma contribuição teórica, mas usando o contexto da tomada de decisões de sucessão de empresas familiares para validar a estrutura confucionista. Esses casos revelam uma limitação importante de nossa classificação proposta, ou seja, que, para atingir um grau de consistência, é preciso levar em conta a contribuição analítica específica em vez das implicações gerais do estudo como um todo.

Disciplinar-integracionista. Neumeyer *et al.* (2019) ampliam a teoria do ecossistema empreendedor estudando como os ecossistemas empreendedores diferem em relação aos tipos de empreendimento, encontrando diferenças em relação à conectividade, densidade e força das redes sociais associadas a empreendedores sustentáveis e convencionais, respectivamente. Embora a principal distinção conceitual operada pelos

autores seja entre modelos de negócios sustentáveis e convencionais, com as conceitualizações sociais não sendo invocadas no início, uma dimensão "social" é introduzida posteriormente – juntamente com "tecnológica" e "organizacional" – para formar uma categorização abrangente de modelos de negócios sustentáveis. Portanto, embora o elemento social esteja em uma posição auxiliar, ele está integrado à estrutura teórica da contribuição, em vez de desempenhar um papel puramente empírico. Consequentemente, o artigo pode ser considerado integracionista, em vez de disciplinar.

Separacionista-essencialista. A contribuição de Acs *et al.* (2013) para o debate desafia, mas, em última análise, confirma a validade da taxonomia que propomos. Inicialmente, os autores identificam e contrastam valores sociais e econômicos, aparentemente aderindo ao lado separatista do debate. Entretanto, seu principal argumento é que essa separação não é clara, pois na maioria dos casos a geração de valor econômico implica, independentemente das intenções empresariais, a criação concomitante de valor social. Contra essa distinção, eles apoiam a classificação almolina de empreendedorismo produtivo, improdutivo e destrutivo. Em última análise, seu argumento é essencialista: o valor econômico é inerentemente social. Excluindo as formas improdutivas e destrutivas de empreendedorismo, todos os empreendedores bem-sucedidos são empreendedores sociais, independentemente de sua intenção, que, embora subjetivamente relevante, não é objetivamente influente.

CONCLUSÃO

A classificação proposta gera a seguinte avaliação de como a dimensão social está sendo integrada atualmente nos estudos de I&E. A abordagem disciplinar ilustra como a dimensão social pode ser integrada de forma inofensiva nas estruturas dominantes existentes, em um processo paralelo ao que ocorre na disciplina econômica em geral. A abordagem integracionista, embora igualmente inofensiva para a continuação do discurso dominante, pelo menos oferece um caminho pelo qual os fenômenos e mecanismos sociais podem receber alguma atenção analítica. A abordagem separatista, embora sujeita a uma tendência à criação de subcategorias analíticas separadas, distingue-se por sua capacidade de conjugar quadros críticos dentro da teorização predominante. Nesse sentido, ela pode ser considerada a abordagem mais promissora em termos de comunicação entre paradigmas. Por fim, a abordagem essencialista utiliza o domínio social para promover teorias críticas mais completas e abrangentes contra as narrativas tradicionais, cujos pontos fracos são expostos. Por um lado, é mais provável que os artigos pertencentes a essa abordagem forneçam contribuições originais para a análise da dimensão social dentro dos estudos de I&E, enquanto, por outro lado, o objetivo principal de provocar mudanças dentro do discurso convencional não parece ter sido alcançado, pois não encontramos evidências de acadêmicos de outras abordagens

envolvidos com o discurso crítico. Essa classificação destaca como, embora a inovação social, assim como outras formas de X-inovativo (Gaglio *et al.*, 2019), possa ser usada em oposição ao discurso da inovação convencional, ela também pode ser implantada para ampliar e apoiar as estruturas ideológicas dominantes.

No entanto, embora seja verdade que a inovação social tenha se tornado um "quase-conceito (...) que se beneficia da aura legitimadora do método científico" (Comissão Europeia, 2013), também é verdade que essa tendência teórica e política que enfatiza os aspectos sociais do empreendedorismo e da inovação impôs, *de fato*, uma separação conceitual entre os processos de inovação e empreendedorismo com propósitos sociais e aqueles movidos principalmente pelo lucro econômico.

A partir da discussão acima, as seguintes conclusões podem ser tiradas com relação ao papel da dimensão social no contexto dos estudos de I&E. Primeiro, os estudos de I&E, como campos fenomenológicos e não como disciplinas, são necessariamente caracterizados pela pluralidade de interpretações analíticas da dimensão social. Essa diversidade não deve ser considerada um sinal de imaturidade desses campos ou uma fase preliminar e exploratória a ser reconciliada por meio de desenvolvimento analítico posterior. Pelo contrário, é uma característica permanente. Na verdade, o sucesso desses campos levará a uma expansão empírica e teórica dos fenômenos analisados, resultando em uma diversidade ainda maior no futuro próximo. Em segundo lugar, a compreensão das raízes epistemológicas dessas variedades de pontos de vista, encontradas no conflito entre a complexidade da esfera social e as exigências da análise científica, permite a reconciliação dessas diferenças: não em uma única perspectiva, mas em um campo pluralista capaz de admitir e promover a interação construtiva entre diferentes campos, em contraste com a rigidez e os conflitos que caracterizam as abordagens disciplinares. Nesse sentido, argumentaríamos que isso só pode acontecer se o próprio campo reconhecer sua pluralidade intrínseca, ou seja, se for reflexivo sobre si mesmo. Em terceiro lugar, as conceitualizações essencialistas do "social" (nossa quarta categoria) servem a uma função crítica sistêmica de verificar o crescimento de suposições transacionais e individualistas aninhadas nas abordagens principais dos estudos de I&E e de oferecer espaços para o crescimento de perspectivas analíticas alternativas e críticas. Infelizmente, há uma escassez de pesquisas críticas nas principais revistas de I&E, o que parece apoiar a hipótese de que as perspectivas críticas não estão conseguindo afetar o discurso convencional.

Por outro lado, a falta de um núcleo teórico claramente definido e geralmente aceito e de uma demarcação clara entre o objeto de estudo e a dimensão social nos estudos de I&E certamente continuará sendo uma fonte potencial de debate e divisão acadêmica. Quando a questão é enquadrada como uma consequência necessária da natureza fenomenológica desses campos, a heterogeneidade de posições com relação ao papel analítico desempenhado pelos elementos sociais pode receber uma interpretação

pluralista como uma riqueza em evolução, em vez de uma confusão precoce. O reconhecimento, no entanto, não implica em consenso. Uma integração mais substancial da dimensão social envolve uma tensão crítica que não pode ser conciliada com um desenvolvimento linear dos campos ao longo das linhas existentes. O "social" oferece um ponto de entrada para as perspectivas críticas dentro do desenvolvimento principal dos estudos de I&E. Mas, até agora, seu papel tem se limitado a fornecer um contraponto muito necessário às simplificações analíticas adotadas pela análise convencional. A dimensão social não proporcionou um caminho para reivindicar o discurso convencional de I&E a partir de uma perspectiva crítica, embora tenha proporcionado um espaço para a comunicação entre paradigmas. Também ilustrou como o discurso dominante é capaz de adotar conceitos e mecanismos que antes caracterizavam perspectivas mais críticas, desarmando-os efetivamente no processo. A expansão do discurso social dentro dos estudos de I&E, portanto, não parece ser o prelúdio do abandono das estruturas teóricas dominantes. O mais provável é que o "social" continue sendo uma arena de avanços contínuos e desafios incessantes, onde defensores e oponentes explícitos e implícitos do atual sistema do capital se encontram, respondendo às desculpas com críticas e vice-versa.

REFERÊNCIAS

- Acs, Z. J., Boardman, M. C., & McNeely, C. L. (2013). The social value of productive entrepreneurship. *Small Business Economics*, 40(3), 785-796.
- Alvesson, M., & Deetz, S. (2000). *Doing Critical Management Research*, Sage Publications, London
- Anderson, A. R. (2015). The economic reification of entrepreneurship: re-engaging with the social. In A. Fayolle, & P. Riot (Eds.), *Rethinking entrepreneurship: debating research orientations* (p. 44-56). Abingdon: Routledge.
- Abingdon: Routledge. Asheim, B. T., & Coenen, L. (2005). Knowledge bases and regional innovation systems: Comparing Nordic clusters. *Research Policy*, 34(8), 1173-1190.
- Avelino, F., Wittmayer, J. M., Pel, B., Weaver, P., Dumitru, A., Haxeltine, A., Kemp, R., Jørgensen, M. S., Bauler, T., Ruijsink, S., & O'Riordan, T. (2019). Transformative social innovation and (dis)empowerment. *Technological Forecasting and Social Change*, 145, 195-206.
- Baba, Y., & Walsh, J. P. (2010). Embeddedness, social epistemology and breakthrough innovation: The case of the development of statins. *Research Policy*, 39(4), 511-522.
- Bartoloni, S., Calò, E., Marinelli, L., Pascucci, F., Dezi, L., Carayannis, E., Revel, G. M., & Gregori, G. L. (2021). Towards designing society 5.0 solutions: The new Quintuple Helix-Design Thinking approach to technology. *Technovation*, 102413. <https://doi.org/10.1016/j.technovation.2021.102413>
- Becker, G. S. (1960). An economic analysis of fertility. In G. S. Becker (Ed.), *Demographic and economic change in developed countries* (p. 209-240). Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Bergek, A., Jacobsson, S., Carlsson, B., Lindmark, S., & Rickne, A. (2008). Analyzing the functional dynamics of technological innovation systems: A scheme of analysis. *Research Policy*, 37(3), 407-429.

- Bijker, W. E., Hughes, T. S., & Pinch, T. J. (Eds.) (1987). *The social construction of technological systems: new directions in the sociology and history of technology*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Brazeal, D. V., & Herbert, T. T. (1999). The genesis of entrepreneurship. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 23(3), 29-46.
- Brieger, S. A., & De Clercq, D. (2018). Entrepreneurs' individual-level resources and social value creation goals: The moderating role of cultural context. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 25(2), 193-216.
- Bull, M. (2018). Reconceptualising social enterprise in the UK through an appreciation of legal identities. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 24(3), 587-605.
- Callegari, B., Misganaw, B. A., & Sardo, S. (2022). Introduction to Rethinking the Social in Innovation and Entrepreneurship Studies. In *Rethinking the Social in Innovation and Entrepreneurship* (p. 1-24). Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Carayannis, E., & Forbes, J. (2001). A pragmatic representation of systems engineering based on technological learning. *Technovation*, 21(4), 197-207.
- Carayannis, E. G., Goletsis, Y., & Grigoroudis, E. (2018a). Composite innovation metrics: MCDA and the Quadruple Innovation Helix framework. *Technological Forecasting and Social Change*, 131, 4-17.
- Carayannis, E. G., Grigoroudis, E., Campbell, D. F., Meissner, D., & Stamati, D. (2018b). The ecosystem as helix: an exploratory theory-building study of regional co-opetitive entrepreneurial ecosystems as quadruple/quintuple helix innovation models. *R&D Management*, 48(1), 148-162.
- Chell, E. (2007). Social enterprise and entrepreneurship: Towards a convergent theory of the entrepreneurial process. *International Small Business Journal*, 25(1), 5-26.
- Cooke, P., Uranga, M. G., & Etxebarria, G. (1997). Regional innovation systems: Institutional and organisational dimensions. *Research Policy*, 26(4-5), 475-491.
- Crupi, A., Liu, S., & Liu, W. (2022). The top-down pattern of social innovation and social entrepreneurship. Bricolage and agility in response to COVID-19: cases from China. *R&D Management*, 52(2), 313-330.
- Curtis, T. (2008). Finding that grit makes a pearl: a critical re-reading of research into social enterprise. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 14(5), 276-290.
- Dabbous, A., & Tarhini, A. (2019). Assessing the impact of knowledge and perceived economic benefits on sustainable consumption through the sharing economy: A sociotechnical approach. *Technological Forecasting and Social Change*, 149, 119775. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2019.119775>
- Dakhli, M., & De Clercq, D. (2004). Human capital, social capital, and innovation: A multi-country study. *Entrepreneurship & Regional Development*, 16(2), 107-128.
- Davidsson, P., & Honig, B. (2003). The role of social and human capital among nascent entrepreneurs. *Journal of Business Venturing*, 18(3), 301-31.
- De Silva, M., & Wright, M. (2019). Entrepreneurial Co-creation: societal impact through open innovation. *R&D Management*, 49(3), 318-342.
- De Silva, M., Gokhberg, L., Meissner, D., & Russo, M. (2021). Addressing societal challenges through the simultaneous generation of social and business values: a conceptual framework for science-based co-creation. *Technovation*, 104, 102268. <https://doi.org/10.1016/j.technovation.2021.102268>
- Dequech, D. (2012). Post Keynesianism, heterodoxy and mainstream economics. *Review of Political Economy*, 24(2), 353-368.

- Desmarchelier, B., Djellal, F., & Gallouj, F. (2020). Mapping social innovation networks: Knowledge intensive social services as systems builders. *Technological Forecasting and Social Change*, 157, 120068. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0040162519315288>
- Dosi, G. (1982). Technological paradigms and technological trajectories: A suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. *Research Policy*, 11(3), 147-162.
- Dosi, G., & Roventini, A. (2016). The irresistible fetish of utility theory: from "pleasure and pain" to rationalising torture. *Intereconomics*, 51(5), 286-287.
- Edlund, L., & Korn, E. (2002). A Theory of Prostitution. *Journal of Political Economy*, 110(1), 181-214.
- Etzkowitz, H., & Leydesdorff, L. (2000). The dynamics of innovation: from National Systems and "Mode 2" to a Triple Helix of university-industry-government relations. *Research Policy*, 29(2), 109-123
- European Commission (2010). *Europe 2020: flagship initiative innovation union*. Brussels: European Commission.
- European Commission (2013). *Social innovation research in Europe: Approaches, trends and future directions*. Brussels: Directorate-General for Research.
- Flink, T., & Kaldewey, D. (2018). The new production of legitimacy: STI policy discourses beyond the contract metaphor. *Research Policy*, 47(1), 14-22.
- Ford, R., Walton, S., Stephenson, J., Rees, D., Scott, M., King, G., Williams, J., & Wooliscroft, B. (2017). Emerging energy transitions: PV uptake beyond subsidies. *Technological Forecasting and Social Change*, 117, 138-150.
- Fougère, M., & Meriläinen, E. (2021) Exposing three dark sides of social innovation through critical perspectives on resilience, *Industry and Innovation*, 28(1), 1-18.
- Fu, P., Sarpong, D., & Meissner, D. (2022). Recalibrating, reconfiguring, and appropriating innovation: a semantic network analysis of China's mass innovation and mass entrepreneurship (MIME) initiatives. *The Journal of Technology Transfer*, 47, 1506-1523. <https://doi.org/10.1007/s10961-021-09878-x>.
- Gaglio, G., Godin, B., & Pfotenhauer, S. (2019). X-Innovation. *NOvation: Critical Studies of Innovation*, 1(2019), 17-17.
- Gallouj, F., Rubalcaba L., Toivonen M., & Windrum P. (2018). Understanding social innovation in services industries. *Industry and Innovation*, 25(6), 551-569.
- Gedajlovic, E., Honig, B., Moore, C. B., Payne, G. T., & Wright, M. (2013). Social capital and entrepreneurship: A schema and research agenda. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 37(3), 455-478.
- Geels, F. W. (2010). Ontologies, socio-technical transitions (to sustainability), and the multi-level perspective. *Research Policy*, 39(4), 495-510.
- Geels, F. W., & Schot, J. (2007). Typology of sociotechnical transition pathways. *Research Policy*, 36(3), 399-417.
- Godin, B. (2015). Social innovation: From scheme to utopia. In B. Godin (Ed.), *Innovation contested: The idea of innovation over the centuries* (p. 122-133). London: Routledge.
- Goss, D. (2005). Entrepreneurship and 'the social': Towards a deference-emotion theory. *Human Relations*, 58(5), 617-636.
- Havránek, T., Stanley, T. D., Doucouliagos, H., Bom, P., Geyer-Klingenberg, J., Iwasaki, I., Reed, W. R., Rost, K., & Van Aert, R. C. M. (2020). Reporting guidelines for meta-analysis in economics. *Journal of Economic Surveys*, 34(3), 469-475.
- Hechavarria, D. M., & Brieger, S. A. (2020). Practice rather than preach: cultural practices and female social entrepreneurship. *Small Business Economics*, 58, 1131-1151.

- Hernández-Carrión, C., Camarero-Izquierdo, C., & Gutiérrez-Cillán, J. (2017). Entrepreneurs' social capital and the economic performance of small businesses: The moderating role of competitive intensity and entrepreneurs' experience. *Strategic Entrepreneurship Journal*, 11(1), 61-89.
- Hoogendoorn, B. (2016). The prevalence and determinants of social entrepreneurship at the macro level. *Journal of Small Business Management*, 54, 278-296.
- Huybrechts, B., & Nicholls, A. (2012). Social entrepreneurship: Definitions, drivers and challenges. In C. K. Volkmann, K. O. Tokarski & K. Ernst (Eds.), *Social entrepreneurship and social business* (p. 31-48). Gabler Verlag.
- Ibáñez, M. J., Guerrero, M., Yáñez-Valdés, C., & Barros-Celume, S. (2022). Digital social entrepreneurship: the N-Helix response to stakeholders' COVID-19 needs. *The Journal of Technology Transfer*, 47(2), 556-579.
- Kimmitt, J., & Muñoz, P. (2018). Sensemaking the 'social' in social entrepreneurship. *International Small Business Journal*, 36(8), 859-886.
- Kleinhempel, J., Beugelsdijk, S., & Klasing, M. J. (2022). The changing role of social capital during the venture creation process: A multilevel study. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 46(2), 297-330.
- Kohler, T., & Chesbrough, H. (2019). From collaborative community to competitive market: The quest to build a crowdsourcing platform for social innovation. *R&D Management*, 49(3), 356-368.
- Korsgaard, S., & Anderson, A. R. (2011). Enacting entrepreneurship as social value creation. *International Small Business Journal*, 29(2), 135-151.
- Kuhlmann, S., & Rip, A. (2018). Next-generation innovation policy and grand challenges. *Science and Public Policy*, 45(4), 448-454.
- Kupferberg, F. (1998). Humanistic entrepreneurship and entrepreneurial career commitment. *Entrepreneurship & Regional Development*, 10(3), 171-188.
- Kwon, S. W., & Arenius, P. (2010). Nations of entrepreneurs: A social capital perspective. *Journal of Business Venturing*, 25(3), 315-330.
- Landry, R., Amara, N., & Lamari, M. (2002). Does social capital determine innovation? To what extent? *Technological Forecasting and Social Change*, 69(7), 681-701.
- Lazear, E. P. (2000). Economic Imperialism. *The Quarterly Journal of Economics*, 115(1), 99-146.
- Lee, R., Tuselmann, H., Jayawarna, D., & Rouse, J. (2019). Effects of structural, relational and cognitive social capital on resource acquisition: A study of entrepreneurs residing in multiply deprived areas. *Entrepreneurship & Regional Development*, 31(5-6), 534-554.
- Lee, S., Lee, H., & Lee, C. (2020). Open innovation at the national level: Towards a global innovation system. *Technological Forecasting and Social Change*, 151, 119842. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2019.119842>
- Lehner, O. M., & Kansikas, J. (2012). Opportunity recognition in social entrepreneurship: A thematic meta analysis. *Journal of Entrepreneurship*, 21, 25-58.
- Leydesdorff, L. (2000). The triple helix: an evolutionary model of innovations. *Research Policy*, 29(2), 243-255.
- Leydesdorff, L., & Meyer, M. (2006). Triple Helix indicators of knowledge-based innovation systems: Introduction to the special issue. *Research Policy*, 35(10), 1441-1449.
- Lie, M., & Sørensen, K.H. (1996). Making technologies our own? Domesticating technology into everyday life. In R. Ling, R. & P. E. Pedersen (Eds.), *Mobile Communications: Renegotiation of the Social Sphere* (p. 1-30). Springer.
- Linton, J. D. (2009). De-babelizing the language of innovation. *Technovation*, 29(11), 729-737.

- Lundvall, B.-Å. (2007). National innovation systems – analytical concept and development tool. *Industry and innovation*, 14(1), 95-119.
- Lundvall, B.-Å. (2013). Innovation studies: A personal interpretation of "the state of the art". In J. Fagerberg, B. R. Martin & E. S. Andersen (Eds.), *The future of innovation studies: Evolution and future challenges* (p. 21-70). Oxford: Oxford University Press.
- Mair, J., & Marti, I. (2006). Social entrepreneurship research: A source of explanation, prediction, and delight. *Journal of World Business*, 41(1), 36-44.
- Malerba, F., & Brusoni, S. (Eds.). (2007). *Perspectives on Innovation*. Cambridge University Press.
- Markard, J., & Truffer, B. (2008). Technological innovation systems and the multi-level perspective: Towards an integrated framework. *Research Policy*, 37(4), 596-615.
- Mazzucato, M. (2018). *Mission-oriented research & innovation in the European Union*. Brussels: European Commission, Directorate-General for Research and Innovation. <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/5b2811d1-16be-11e8-9253-01aa75ed71a1/language-en>.
- Minniti, M., & Lévesque, M. (2008). Recent developments in the economics of entrepreneurship. *Journal of Business Venturing*, 23(6), 603-612.
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., Altman, D. G., & PRISMA Group* (2009). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *Annals of Internal Medicine*, 151(4), 264-269.
- Mulgan, G., Tucker, S., Ali, R., & Sanders, B. (2007). *Social innovation: What it is, why it matters and how it can be accelerated*. Oxford: Skoll Centre for Social Entrepreneurship.
- Murray, R., Caulier-Grice, J., & Mulgan, G. (2010). *The open book of social innovation*. London: Nesta.
- Nahapiet, J., & Ghoshal, S. (1998). Social capital, intellectual capital, and the organizational advantage. *Academy of Management Review*, 23(2), 242-266.
- Nelson, R. R. (2011). The Moon and the Ghetto revisited. *Science and Public Policy*, 38(9), 681-690.
- Nelson, R. R., & Winter, S. G. (1982). *An evolutionary theory of economic change*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Neumeyer, X., Santos, S. C., & Morris, M. H. (2019). Who is left out: exploring social boundaries in entrepreneurial ecosystems. *The Journal of Technology Transfer*, 44(2), 462-484.
- Nicholls, A., & Cho, A. H. (2006). Social entrepreneurship: The structuration of a field. In A. Nicholls (Ed.) *Social entrepreneurship: New models of sustainable social change* (pp.99-118). New York: Oxford University Press.
- Paredes-Frigolett, H. (2016). Modeling the effect of responsible research and innovation in quadruple helix innovation systems. *Technological Forecasting and Social Change*, 110, 126-133.
- Pel, B., Haxeltine, A., Avelino, F., Dumitru, A., Kemp, R., Bauler, T., Kunze, I., Dorland, J., Wittmayer, J. M., & Jørgensen, M. S. (2020). Towards a theory of transformative social innovation: A relational framework and 12 propositions. *Research Policy*, 49(8), 104080. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2020.104080>
- Pittz, T. G., Intindola, M. L., Adler, T., Rogers, S., & Gard, C. (2019). Collaborating smartly: the role of open strategy in absorptive capacity. *Journal of Small Business Management*, 57(4), 1595-1615.
- Posner, R. A. (1985). An economic theory of the criminal law. *Columbia Law Review*, 85(6), 1193-1231.
- Rosenberg, N. (1982). *Inside the Black Box: Technology and Economics*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Ruebottom, T. (2013). The microstructures of rhetorical strategy in social entrepreneurship: Building legitimacy through heroes and villains. *Journal of Business Venturing*, 28(1), 98-116.
- Schubert, C. (2019). Social innovations as a repair of social order. *NOvation: Critical Studies of Innovation*, 1(2019), 41-66.
- Schumpeter, J. A. (2010). *The Nature and Essence of Economic Theory*. London: Transaction Publishers.
- Shepherd, D. A., Sattari, R., & Patzelt, H. (2020). A social model of opportunity development: Building and engaging communities of inquiry. *Journal of Business Venturing*, 106033. <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2020.106033>
- Stevens, R., Moray, N., & Bruneel, J. (2015). The social and economic mission of social enterprises: Dimensions, measurement, validation, and relation. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 39(5), 1051-1082.
- Stilgoe, J., Owen, R., & Macnaghten, P. (2013). Developing a framework for responsible innovation. *Research Policy*, 42(9), 1568-1580.
- Stirzaker, R., Galloway, L., Muhonen, J., & Christopoulos, D. (2021). The drivers of social entrepreneurship: agency, context, compassion and opportunism. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 27(6), 1381-1402.
- Stornelli, A., Ozcan, S., & Simms, C. (2021). Advanced manufacturing technology adoption and innovation: A systematic literature review on barriers, enablers, and innovation types. *Research Policy*, 50(6), 104229. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2021.104229>
- Søraa, R. A., Nyvoll, P., Tøndel, G., Fosch-Villaronga, E., & Serrano, J. A. (2021). The social dimension of domesticating technology: Interactions between older adults, caregivers, and robots in the home. *Technological Forecasting and Social Change*, 167, 120678. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.120678>
- Tatli, A., Vassilopoulou, J., Özbilgin, M., Forson, C., & Slutskaya, N. (2014). A Bourdieuan relational perspective for entrepreneurship research. *Journal of Small Business Management*, 52(4), 615-632.
- Tödtling, F., & Trippl, M. (2005). One size fits all?: Towards a differentiated regional innovation policy approach. *Research policy*, 34(8), 1203-1219.
- Urban, B. (2010). Entrepreneurship as a discipline and field of study. In B. Urban (Ed.), *Frontiers in Entrepreneurship* (p. 33-62). Berlin, Heidelberg: Springer.
- van der Have, R. P., & Rubalcaba, L. (2016). Social innovation research: An emerging area of innovation studies? *Research Policy*, 45(9), 1923-1935.
- Venugopal, S., & Viswanathan, M. (2019). Implementation of social innovations in subsistence marketplaces: a facilitated institutional change process model. *Journal of Product Innovation Management*, 36(6), 800-823.
- Verleye, K., Perks, H., Gruber, T., & Voets, J. (2019). The long and winding road: Building legitimacy for complex social innovation in networks. *Journal of Product Innovation Management*, 36(6), 695-720.
- Welter, F. (2011). Contextualizing entrepreneurship – conceptual challenges and ways forward. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 35(1), 165-184.
- Wiarda, M., van de Kaa, G., Yaghmaei, E., & Doorn, N. (2021). A comprehensive appraisal of responsible research and innovation: From roots to leaves. *Technological Forecasting and Social Change*, 172, 121053. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.121053>
- Yakovlev, P. (2011). The economics of torture. In C. J. Coyne & R. L. Mathers (Eds.), *The handbook on the political economy of war* (p. 109-25). Cheltenham, UK and Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing.
- Yan, J., & Sorenson, R. (2006). The effect of Confucian values on succession in family business. *Family Business Review*, 19(3), 235-250.

- Zafirovski, M. (1999). Probing into the social layers of entrepreneurship: Outlines of the sociology of enterprise. *Entrepreneurship & Regional Development*, 11(4), 351-371.
- Zahra, S. A., Gedajlovic, E., Neubaum, D. O., & Shulman, J. M. (2009). A typology of social entrepreneurs: Motives, search processes and ethical challenges. *Journal of Business Venturing*, 24, 519-532.
- Zinyemba, T., Pavlova, M., & Groot, W. (2020). Effects of HIV/AIDS on children's educational attainment: A systematic literature review. *Journal of Economic Surveys*, 34(1), 35-84.